

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO Nº /2021

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

*Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o tema “Os cortes orçamentários e o futuro da universidade pública brasileira”.*

Senhora Presidente da Comissão de Educação:

Nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255, ambos do RICD, requero a Vossa Excelência a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para que seja debatido o tema “*Os cortes orçamentários e o futuro da universidade pública brasileira*”.

Para esse fim, sugerimos sejam convidados os seguintes debatedores:

- 1) Sra. **Nalú Farenzena** – Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação/FINEDUCA
- 2) Sr. **Cláudio Riyudi Tanno** – Consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CONOF-Câmara dos Deputados
- 3) Sra. **Soraya Smaili** – Reitora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
- 4) Sra. **Maria Aparecida Dantas** – Trabalhadora técnico-administrativa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em IES Públicas do Brasil/FASUBRA
- 5) Sra. **Fabiana Amorim** – Diretora da União Nacional dos Estudantes e estudante da UFF
- 6) Representante do Ministério da Economia

### Justificação

Dentre os fatos mais preocupantes relativos à Educação pública brasileira, destacam-se os cortes orçamentários, somados à baixa execução dos recursos alocados no orçamento. O MEC simplesmente não tem gasto uma parcela considerável dos recursos que são assegurados, penalizando sobremaneira os investimentos que se fazem necessários. Uma análise do padrão de execução do Ministério em 2020 mostra que esses desembolsos foram fortemente influenciados pelas despesas obrigatórias, ou seja, os salários e encargos. A execução, portanto, é mais forte nas despesas que o governo é legalmente obrigado a realizar.

Importa sublinhar que o orçamento público já vem em um processo de forte

compressão desde 2016. A função Educação teve, no orçamento de 2020, 77% do que tinha em 2015, com dados corrigidos pelo IPCA a preços de maio de 2020. Na subfunção “Educação Básica”, por exemplo, o valor real destinado em 2020 correspondia a 54% da dotação de 2013. Na subfunção “Educação Infantil”, a situação era ainda mais grave. Os recursos totais destinados em 2020 correspondiam a 2% do valor destinado em 2014. A “Educação Superior” também foi alvo de cortes, tendo em 2020 recursos que correspondiam a 75% da dotação de 2015.

Com efeito, o ensino superior tem sido bastante penalizado, como amplamente divulgado na mídia.<sup>1</sup> Em levantamento realizado em algumas universidades públicas, vemos que as despesas de custeio e de investimentos estão sendo reduzidas, em um amplo processo de sucateamento do ensino. Observamos que, além da queda na previsão legal, temos também a queda na execução dos recursos, isto é, os escassos recursos que são destinados são alvos de cortes posteriores pelo governo.

Analisando os últimos dez anos, vemos com clareza que a série histórica é de constante decréscimo de recursos no ensino superior. Em termos reais (valores corrigidos pela inflação), 2021 contará com menos recursos que 2011. Serão R\$ 33,35 bilhões em 2021 contra R\$ 38,84 bilhões em termos reais em 2011. Desses R\$ 33,35 bilhões, R\$ 19,9 bilhões dependem de aprovação de crédito suplementar. Isto é, fixado hoje no orçamento pouco mais de R\$ 13 bilhões para o ensino superior. O corte em 2021 é de 25% em relação a 2015, quando o ensino superior contou com mais recursos na série histórica. Ocorre, portanto, desde o impeachment, um desmonte das políticas de ensino superior.

A situação, já de si grave, se agrava ainda mais com novo corte, de R\$ 122, 8 milhões, aprovado recentemente no relatório setorial da Comissão Mista do Orçamento – CMO. O corte atinge a assistência estudantil (fundamental para a permanência dos estudantes mais carentes na Universidade), o funcionamento dos hospitais universitários – em plena crise sanitária! – e pode tornar inviável o pagamento de despesas básicas como luz elétrica nas 69 universidades federais. Além disso, a asfixia orçamentária pode comprometer o retorno seguro às aulas presenciais, que demanda investimentos.

O Congresso Nacional, e esta Comissão em especial, não pode se omitir diante desse quadro, que compromete o futuro imediato do ensino e da pesquisa em nosso país, bem como o cumprimento de preceitos constitucionais.

Em face do exposto, considerando a gravidade do tema e a urgência de trazê-lo ao debate, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em 22 de março de 2021.

<sup>1</sup> Vide: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/corte-de-r-117-bi-pode-inviabilizar-universidades-federais-alertam-reitores.shtml>, <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/com-cortes-previstos-de-r-1-2-bi-universidades-federais-ja-reduzem-bolsas-e-temem-evasao,70003652345> e <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/03/18/corte-de-mais-de-18percent-no-orcamento-das-universidades-federais-em-2021-podera-inviabilizar-ensino-diz-entidade.ghtml> (acesso em 21/03/2021)



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

**Sâmia Bomfim**  
**(PSOL/SP)**

Apresentação: 23/03/2021 15:58 - CE

**REQ n.31/2021**

Documento eletrônico assinado por Sâmia Bomfim (PSOL/SP), através do ponto SDR\_56391, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

